COMISSÃO PARA O POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

C.D.P.M.
Rua Pinheiro Chagas, 77-2º E 1000 LISBOA Telef. 574718 ou 541308

Nº 5 AC/85

MONS. BELO EM LISBOA

Esteve em Lisboa no passado dia 17 de Julho, vindo de Roma, Mons. Carlos Ximenes Belo, actual Administrador Apostólico de Dili.

Durante a sua rápida estadia em Portugal, Mons. Belo conversou com o padre Apolinário, elemento ligado aos sectores timores favoráveis a uma integração de Timor-Leste na Indonésia. Um dos pontos desta entrevista terá sido o convite que o Administrador Apostólico pretende fazer a padres que já desempenharam funções naquele território para a ele regressarem.

Segundo estatísticas indonésias, de uma população de 600.000 timores, 477.000 são católicos, número que em 1975 não devia ultrapassar os 200.000. Esta explosão de conversões ao catolicismo deve-se em grande parte à lei indonésia do Pancasila, que obriga os cidadãos a declarar uma religião. Mas conforme disseram alguns padres de Timor à Agência France Press, esta opção representa uma atitude de distanciamento cultural perante os indonésios, uma forma de afirmar-se culturalmente diferente face à população indonésia "considerada por muitos como invasores".

Segundo a imprensa australiana ("The Age", 28 Junho 1985), Mons. Belo teria deixado Timor-Leste com destino a Roma a fim de discutir com o Papa João Paulo II o documento Presbiteral de 1 de Janeiro deste ano onde se denuncia as perseguições religiosas à Igreja Católica, as execuções sumárias de timores que se opõem à presença indonésia, a destruição da cultura de Timor pelas autoridades indonésias e se apela para conversações entre estas e a Resistência (ver "Inf. T-L"nº4).

A sua saída não foi oficialmente anunciada, tal só devendo acontecer após o seu regresso.

INDONESIA: COMPRA DE ARMAS E...

A Indonésia, como potência que conduz uma guerra de ocupação em duas frentes - na Papua Ocidental e em Timor-Leste - tem sido nos últimos anos, um dos principais compradores de armas a nível mundial. Não admira assim, que os mais variados países, independentemente do seu regime, procurem estabelecer contratos de venda de armas com o governo de Jakarta.

Alguns exemplos recentes:

- a firma francesa "Direction Technique des Constructions Navales" (DCN) apresentou, segundo o diário "Suaria Karya" de 8 de Maio, uma das suas fragatas F-2000 a membros do Gabinete do Ministro da Investigação e Tecnologia Indonésio; a apresentação destinava-se, segundo aquele periódico, a fornecer informações sobre tecnologia naval a ser utilizada pela empresa estatal "PT Pal", no âmbito da construção de modernos barcos de guerra; modelos de fragatas tinham também sido apresentados anteriormente pela RFA, Itália, Holanda, EUA e Espanha.

- aliás este país (Espanha) assinou nos princípios de Julho, através do seu Ministro da Defesa, Sr. Narcis Serra, um acordo autorizando a Indonésia a modificar o avião de concepção espanhola "CN-235" para fins militares; este avião, está a ser construído pela "Aspast" de Espanha e a "Nurtanio" da Indonésia; os objectivos de produção deste modelo compreendem 26 unidades em 1985, 53 em 1986 e 66 em 1987, dos quais a força aérea indonésia adquiriu já 32 unidades e a marinha 18 para apoio logístico e transporte de pessoal.

Entretanto o Partido Socialista Francês organiza encontros internacionais em Paris sobre Direitos Humanos, para os quais convida muitas e variadas personalidades e os responsáveis da diplomacia portuguesa viajam por muitas e variadas terras onde falam sobre o Médio-Oriente, a África Austral, a América Latina, a Geo-Estratégia... Timor-Leste? Não conhecem!

...REACÇÕES INTERNACIONAIS À REPRESSÃO

A execução, em Maio passado, de um prestigiado sindicalista e ex-dirigente do Partido Comunista Indonésio, Mohamad Munir (ver "Inf. T-L"nº4) originou fortes protestos internacionais, em particular na Holanda, país que acolheria em 4 e 5 de Junho a Assembleia anual do IGGI (grupo de países e instituições responsáveis pelo auxílio financeiro à Indonésia).

A opinião pública e as instituições políticas holandesas foram especialmente sensíveis ao facto de que esta execução foi conhecida no decorrer de uma visita oficial a Jakarta da Ministra Holandesa da Cooperação. Em protesto, esta recusar-se-ia a assinar um protocolo de cooperação no domínio da formação técnico-jurídica, que constava do programa da visita.

Na Assembleia do IGGI, a Ministra Holandesa da Cooperação (aliás Presidente do Grupo) não abordaria publicamente a questão dos direitos humanos na Indonésia, mas teria conversações bilaterais com a delegação daquele país a esse respeito. No decorrer da reunião, um conjunto de 25 organizações entregou à Ministra um documento apelando ao IGGI para pressionar a Indonésia no sentido do respeito pelos direitos humanos.

CVI: UM OPORTUNO «RELATÓRIO»

Em despacho de Melbourne, Cristóvão Santos, correspondente da agência "Notícias de Portugal" na Austrália, escreve que a delegação da Cruz Vermelha que recentemente visitou Timor-Leste, "diz que não se revela necessário retomar a ajuda humanitária da organização" áquele território. Segundo o mesmo despacho, a delegação "adianta que em todas as áreas que visitou, havia comida suficiente e o nível de nutrição era melhor que esperavam" e que tinha "recebido muito boa cooperação das autoridades indonésias e pôde visitar livremente todas as vilas e falar com quem pretendeu".

Sabendo-se que o relatório elaborado pela delegação e entregue na sede da C.V.I. em Genebra é secreto, só sendo dado conhecimento do seu conteúdo à Indonésia e a Portugal, o teor deste despacho só poderá surpreender quem não conheça Cristóvão Santos e os serviços por ele prestados à contra-informação indonésia.

Aquando do acordo de cessar-fogo de 23 de Março de 1983 entre a Fretilin e o exército ocupante, C. Santos inventou uma entrevista com Xanana Gusmão onde este, por telefone a partir de Dili, lhe explicava as razões da sua "rendição". Em Maio deste ano, C. Santos voltou a dar nas vistas ao sugerir que a ligação via rádio feita a partir de Darwin não teria sido com o interior de Timor-Leste mas com um outro ponto algures na Austrália. Agora, C. Santos "cria" um oportuno relatório da Cruz Vermelha Internacional . Quando a Amnistia Internacional publica um pormenorizado e fundamentado documento sobre as violações dos direitos humanos praticados pelo invasor indonésio em Timor-Leste, quando o Bispo Auxiliar de Baltimore Francis Murphy apela ao Presidente Reagan para que o Congresso Norte-Americano investigue sobre aquelas alegações, quando a Fretilin apela a que organismos internacionais de reconhecida idoneidade, como a Amnistia Internacional, vejam e oiçam in loco o que sente e pensa o povo maubere, C. Santos aparece a pôr na boca da Cruz Vermelha Internacional que a situação é de progresso em Timor-Leste!

Até onde irá a profícua imaginação deste correspondente da "NP"?

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COM TIMOR-LESTE

A 8ª Assembleia do CCA(Christian Conference of Asia), um organismo ecuménico que engloba cristãos de diversas igrejas, das mais representativas da Ásia e do Pacífico (à excepção da Católica) constitui um pequeno mas significativo êxito da causa do povo de Timor-Leste.

Realizando-se em Seoul (Coreia do Sul) entre 26/6 e 2/7 com cerca de 300 participantes provenientes de quase todos os países da área, foi um acontecimento conturbado desde o início.

Tudo começou com uma distribuição de folhetos pela Organização Juvenil do CCA, alusivos ao sofrimento do povo maubere. Estes incluíam uma declaração a favor deste povo (abertura do território a agências internacionais e realização de um genuíno acto de autodeterminação, precedido do fim das hostilidades e negociações com a Resistência armada). Subscrita por 106 organizações religiosas da zona - 36 organismos protestantes e católicos da Ásia, 16 do Pacífico e 53 da Austrália. Esta declaração vinha na sequência de repetidos apelos de Mons. Belo.

A distribuição do documento deu origem ao pedido de retirada desse material pela delegação indonésia; tendo isso votado, decidiu a Assembleia pela sua retirada e que o assunto não deveria ser discutido na sessão. Nas suas intervenções, os delegados indonésios defenderam os pontos de vista do seu governo (ausência de violações dos direitos humanos em Timor-Leste, missão "humanitária" dos soldados indonésios, etc.).

Foi portanto perante uma Assembleia estupefacta que no penúltimo dia de trabalhos, a delegação indonésia anunciou a sua intençaõ de não participar nos órgãos executivos do CCA nos próximos cinco anos, pedindo a retirada do representante indonésio proposto para o Comité Geral; face aos pedidos de explicação, admitiu que a Assembleia não tivesse percebido o papel e responsabilidades da Igreja na Inodnésia e opinou que a discussão do problema de Timor-Leste tinha feito perceber a diferença de pontos de vista entre eles e a Assembleia.

Simultaneamente a este acontecimentos, verificou-se a presença do padre católico timor Francisco Fernandes, que apesar de impedido de falar no Forum (sob proposta indonésia) acabou por apresentar o texto da declaração dos 106 e apelar ao apoio à causa do povo de Timor num "meeting" organizado em paralelo e que foi bastante concorrido.